

Território e resistência: um relato de experiência sobre as lutas das comunidades tradicionais de Angra dos Reis e Paraty, RJ.

Beatriz Monteiro Maravalhas¹
Mariana Oliveira da Costa²
Mariana Rodrigues de Souza³

Resumo

O turismo, as redes de hotéis, de condomínios e de resorts presentes na região da Costa Verde, no Rio de Janeiro, tem causado intensas disputas no território com as comunidades tradicionais que habitam essa região há décadas. Essas comunidades passaram a resistir e a lutar pela sua permanência nesses territórios que estão no interesses imobiliários de muitas empresas. Este trabalho visa mostrar um relato de experiência realizado através de um trabalho de campo em diferentes comunidades tradicionais em Angra dos Reis e Paraty.

Palavras-chave: Território; Resistência; Comunidades tradicionais; Turismo de Base Comunitária.

Introdução

Pode-se dizer que este trabalho tem como finalidade apresentar a experiência vivenciada por estudantes do curso de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), do Instituto Multidisciplinar (IM), em diferentes comunidades tradicionais em Angra dos Reis e Paraty (RJ), realizada em um trabalho de campo no ano de 2016. Dessa forma, durante cinco dias, foi possível compreender e dialogar com os sujeitos que resistem às espoliações dos seus territórios pelos interesses imobiliários que estão presentes nessa região da Costa Verde, no estado do Rio de Janeiro.

Neste sentido, através desse trabalho de campo, nos aproximamos da luta dos povos que são constantemente invisibilizados por diferentes esferas da sociedade, sendo eles as comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras. Sendo assim, em Angra dos Reis conhecemos a Aldeia Indígena Guarani Mbya e o Quilombo Santa Rita do Bracuí, já em Paraty, visitamos um sítio de agrofloresta de uma família caiçara que fica em São Gonçalo,

¹ Graduanda em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) - bia.maravalhas@gmail.com

² Graduanda em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). - mari.oliveira1995@hotmail.com

³ Graduanda em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. - mariianars@hotmail.com

conhecemos a praia de São Gonçalo, de São Gonçalinho e a Ilha do Pelado, além de conhecermos o Quilombo Campinho da Independência.

As visitas que foram realizadas no sítio de agrofloresta, nas praias de São Gonçalo e São Gonçalinho e na Ilha do Pelado foram guiadas por integrantes do Turismo de Base Comunitária (TBC) de Paraty.

Trabalho de campo: uma articulação entre teoria e prática

Antes da realização desse trabalho de campo foi feita uma pesquisa teórica baseada em leituras sobre esses sujeitos e sobre a vivência deles, para então iniciarmos a parte prática do estudo. Além dessas leituras, selecionamos bibliografias que discutem sobre como deve ser feita a aproximação entre o pesquisador e o sujeito da ação e como conseguir a confiança dos mesmos para realizar as entrevistas e/ou questionários.

Pode-se dizer que dentro da ciência geográfica torna-se necessário a realização de trabalhos de campo, visto que é um instrumento essencial na construção do conhecimento geográfico. Além disso, o trabalho de campo pode ser visto como uma técnica de pesquisa para os geógrafos e também como um recurso didático para os professores de geografia, e uma excelente possibilidade dos alunos poderem visualizar aquilo que foi trabalhado em sala de aula. Por isso, o trabalho de campo deve ser planejado com antecedência e deve ter embasamento para que ele não se torne um mero “passeio” ou uma “excursão” (MARCOS, 2006, p. 106).

Vale ressaltar que sem uma articulação efetiva entre o método e a pesquisa reflexiva e teórica sobre o assunto, o trabalho de campo torna-se ineficiente, visto que é necessário um embasamento teórico do que está sendo pesquisado. Como destacam os autores Alentejano & Rocha-Leão (2006): "trabalho de campo é fundamental, mas, se realizado desarticulado do método e da teoria, torna-se banal".

Comunidades tradicionais: território, resistência e luta

A relação com o território

Segundo SOUZA (2013), o conceito de território vai além da definição de uma área delimitada por e a partir de relações de poder, pois atribui-se também ao território dimensões

de pertencimento e identidade, a modo que o poder pode acarretar no desejo pela conquista de novos territórios, buscando o controle sobre símbolos materiais de identidade.

Em nossa aproximação com tais comunidades, foi possível contemplar o quão fundamental é compreendermos a lógica do território para as mesmas. Ao lutarem pela permanência no lugar onde os mesmos se identificam, onde encontram suas raízes, notamos que a questão da identidade com o território é o que dá sentido à existência e propagação de suas culturas. Nesse sentido, o território para esses povos está intimamente ligado à reprodução do seus modos de vida e à sua sobrevivência e permanência.

Diante disso, essas comunidades enfrentam grandes desafios ao lutarem contra a lógica capitalista e mercadológica presentes na região da Costa Verde. Nesse sentido, essa lógica entende o território como um recurso que se utiliza a fim de gerar lucro e extrair elementos naturais.

Pode-se dizer que a região da Costa Verde é uma área de alto valor para o turismo, logo, o território dessa região está sendo disputado pelas grandes empresas e construtoras de redes de hotelarias e de condomínios, que muitas vezes encontram “em seu caminho” tais comunidades tradicionais. Sendo assim, compreender como essas comunidades fazem para resistir à tal movimentação que visa voltar toda a área para o turismo de massa foi um dos grandes motivadores do referido trabalho de campo que deu origem a este artigo.

Aldeia Indígena Guarani Mbya

Nosso primeiro contato com comunidades tradicionais se deu no dia 25 de maio de 2016, quando realizamos uma visita à Aldeia indígena Guarani Mbya, localizada no bairro do Bracuí, em Angra dos Reis, Rio de Janeiro. Nesse momento, pudemos destacar a importância que é visitar uma aldeia indígena e ter contato com os sujeitos que são, na maioria das vezes, invisibilizados e homogeneizados por parte do Estado, mídias e por grande parte da sociedade civil, e que carecem de políticas públicas específicas à sua realidade.

Nesse sentido, ao chegarmos na aldeia, tivemos uma roda de conversa muito enriquecedora com o professor indígena Algemiro. Em relação ao ensino, o professor nos contou que a educação escolar que aquela comunidade indígena defende é uma escola comunitária (não formal/convencional) e que respeite o calendário deles de acordo com sua realidade, respeitando, por exemplo, os períodos de caça. Entretanto, o governo não consolidou essa ideia e criou uma escola pública (convencional) em 2003. Inicialmente, a

escola era chamada de Escola Indígena Estadual, e posteriormente foi denominada de Colégio Indígena Estadual.

Vale ressaltar que Algemiro nos relatou que o estado do Rio de Janeiro é o que menos investiu em políticas públicas voltadas para a educação indígena. Diante desse cenário, a realidade da educação na aldeia em questão passa por dificuldades relacionadas à falta de professor indígena, evasão escolar, distância da aldeia até a escola, entre outros.

O modelo de escola convencional causa estranheza para os indígenas, uma vez que os professores não falavam a língua guarani. Além disso, os professores não são indígenas e isso dificulta a comunicação e a relação deles com os alunos, visto que conheciam pouco da sua cultura, dos seus costumes e da sua realidade. Com isso, a evasão escolar se tornou mais frequente na comunidade, não só pelas questões mencionadas anteriormente, mas também pela dificuldade ao acesso à escola e pela falta de professores indígenas, como já foi mencionado. Dessa forma, Cavalcante (2003) salienta a importância que o professor indígena exerce na comunidade:

A formação do professor indígena, portanto, se constitui num processo inesgotável que se constrói e reconstrói a cada dia, na interlocução com a categoria mais ampla de professores num diálogo que deve ter, como marca, o compromisso, rigorosamente ético, de defesa de uma vida digna e, com o projeto e utopia, a construção de um mundo melhor, onde os seres humanos possam expressar e aprimorar a humanidade que os constitui, numa vivência solidária e fraterna. (CAVALCANTE, 2003, p.23).

Outro problema que foi compartilhado é sobre a questão do livro didático. A grande questão aqui é que os materiais utilizados nas escolas não abordavam a cultura guarani. Com isso, os indígenas não se reconheciam nesse material. Além disso, existe uma dificuldade no diálogo entre a comunidade e a direção escolar para expor os problemas e as demandas necessárias. Vale destacar que a direção dessa escola é indicada pela Secretaria de Educação, ou seja, é uma pessoa externa à aldeia que dirige a escola e, que por sua vez não possui uma identidade com a comunidade e que muitas das vezes não compreende suas necessidades, o que causa um distanciamento entre ambos.

O professor nos contou também sobre a questão do território em que vivem. Segundo ele, a comunidade ocupa aquele território há 25 anos e houve uma autodemarcação que posteriormente foi formalizada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Uma questão interessante que foi exposta e que nos despertou atenção foi sobre a relação que os indígenas mantêm com sua língua original. Até os 14 anos eles só se comunicam em guarani, que é uma maneira de preservar a língua materna, e eles aprendem a falar o português na própria aldeia posteriormente.



Figura 1: Aldeia Indígena Guarani do Bracuí

Fonte: Mariana Oliveira

Comunidades Quilombolas

Durante o campo visitamos dois quilombos, o Quilombo Santa Rita do Bracuí em Angra dos Reis (no dia 26/05/2016), e em Paraty o Quilombo Campinho da Independência (no dia 28/05/2016). Pudemos escutar seus relatos sobre a dificuldade que tiveram para conseguir de fato serem (re)conhecidos como donos da terra a qual pertencem após muita resistência para não perder o lugar que lhes foi dado por direito.

No Quilombo Santa Rita do Bracuí, nossa conversa começou com a senhoras Marilda e Angélica, quilombolas que nos contaram algumas das histórias que elas escutavam na comunidade desde crianças. A história do Quilombo se iniciou com a terra que a Família Breves ganhou da Coroa Portuguesa. Os Breves se tornaram escravistas, iam na África buscar negros e vendiam no Brasil e dessa forma, com o tráfico de escravos, eles ganhavam mais

dinheiro do que com a agricultura que produziam na terra brasileira. José de Souza Breves, antes de morrer (aproximadamente 1870), deixou a terra para os escravos e funcionários, logo, os escravos então construíram suas casas, suas plantações e passaram a sobreviver dessa forma e com a ajuda do rio Bracuí, que se tornou fonte de alimentação e sobrevivência.

Nesse sentido, Honório Lima, um grileiro que logo que soube da terra deixada para os negros, chegou ao local tentando intimidar os moradores para então removê-los. Os negros não abriram mão e expulsaram Honório Lima, que se dizia dono das terras. O mesmo ainda conseguiu vender as terras mais próximas ao mar, e sua família, em 1904, resolveu voltar e tentar novamente tomar a terra dos negros. Os negros, na tentativa de se manter naquele local, com a ajuda do sindicato de produtores rurais contrataram um advogado. Esse, que havia sido indicado pelo sindicato, percebeu que se tratava de uma população onde a maioria não sabia ler e se aproveitou desse fator e da ingenuidade do povo para tentar enganá-los. O tal advogado levava papéis para as famílias assinarem e, sem saber, muitos deles estavam passando suas terras para o nome dele, mas quando isso foi descoberto, a justiça viu a má fé do advogado e cancelou toda a documentação que havia sido assinada e devolveu à terra aos negros.

Com a abertura da Rio-Santos na década de 70, uma empreiteira comprou as terras nas proximidades do mar e então tentou tomar as que os negros estavam. A empreiteira veio com advogados e com documentos de proprietários, e os negros mais uma vez lutaram e foram atrás do testamento do Breves, onde dizia que a terra seria deles após sua morte. Após muitos problemas para achar a documentação e conseguir ter acesso à ela, eles provaram então que aquela terra pertencia à eles.

Um lugar dentro do quilombo que nos foi apresentado foi um projeto que a Universidade Federal Fluminense (UFF) realizou onde é relatado algumas partes da história dos quilombolas, onde existe um mural com a foto e o nome dos que eles chamam de "griôs", que são os mais velhos que repassam as histórias de geração para geração. Há também no mural os nomes dos sobreviventes do brigue Camargo resgatados pelas autoridades no Bracuí e em Bananal em 1853, após a proibição do tráfico negreiro em 1850. Foi interessante observar que os nomes dados à eles eram nomes europeus e o sobrenome era seu local de origem (ex: Joaquim Congo).

Na visita ao Quilombo Campinho da Independência, sentamos em uma roda de apresentação da comunidade sobre sua história. Notamos uma estrutura bem desenvolvida

para o recebimento do turismo, com restaurante, tenda de artesanato, e estruturas históricas bem conservadas.

Dessa forma, a história baseia-se no que foi passado por meio da oralidade, ou seja, no que contavam os ancestrais dos que hoje habitam aquele território (como ocorreu na visita ao Quilombo do Bracuí), cujo era parte de uma fazenda que ao ter sido desvalorizada, teve sua posse doada aos negros escravizados que lá trabalhavam, e assim, se mantiveram e se estruturaram, criando uma comunidade que vivia exclusivamente do uso da terra para agricultura e criação de animais.

Além disso, foi ressaltado que houveram diversos conflitos a respeito do direito à terra do Quilombo, ora por meio dos descendentes do antigo fazendeiro, ora por meio do Estado, com a construção da Rodovia BR 101 (Rio-Santos). Contudo, em 21 de março de 1999, os quilombolas receberam a titulação que confere o direito às terras do Quilombo.

O sistema de agrofloresta realizado por caiçaras

No dia 28/05/16 subimos a estrada de São Gonçalo em direção ao sítio Sertão da Burra, do seu Israel, um senhor caiçara que tem como principal fonte de trabalho e renda sua terra, por meio da prática do cultivo de gêneros agrícolas. O sítio está localizado na zona de amortecimento do Parque Nacional da Serra da Bocaina, onde o agricultor cultivava espécies provenientes da Mata Atlântica, e mais específicas da localidade.

O sistema agroflorestal (sistema tradicional produtivo sustentável) de Israel produz palmito, banana, aipim, café e diversos outros produtos que, devido à esse tipo prática, permitem uma produção de forma favorável à manutenção do ecossistema, recusando o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos.

Durante uma segunda visita ao sítio⁴, as muitas formas de resistir ficaram ainda mais claras, pois pudemos observar que além do sistema agroflorestal ser uma resistência à outros sistemas de plantações (como as monoculturas), a luta não é apenas essa. Para que esse tipo de cultivo seja valorizado, o agricultor busca mostrar para a comunidade local a importância de seu sistema, através da valorização do mesmo junto às crianças de escolas da região. Além disso, ainda existe a luta diária de conseguir mostrar aos seus filhos a importância de seu

⁴ A autora Beatriz Monteiro Maravalhas, membro do Grupo PETGEO-IM/UFRRJ, junto ao grupo de pesquisa, voltou ao bairro de São Gonçalo em julho de 2017 para uma nova vivência, com o objetivo de aprofundar o estudo sobre a agrofloresta de Israel.

trabalho, pois um deles já manifesta a vontade de deixar a plantação para arrumar um outro emprego no centro de Paraty.

A resistência está inserida na vida de Israel e na sua luta contra a especulação imobiliária que tentou comprar suas terras e não obteve sucesso, e no empenho em produzir de forma sustentável, mesmo com as dificuldades de se iniciar esse tipo de sistema que leva mais tempo para que os cultivos gerem retorno. Nesse sentido, todas essas formas nos levaram ao reconhecimento da resistência do agricultor dentro do território que está inserido.



Figura 2: Árvores de cupuaçu presentes no sítio.

Fonte: Marcus V. Aguiar

Turismo de Base Comunitária e Fórum de Comunidades Tradicionais

No terceiro dia de trabalho de campo, nossa experiência foi de aproximação com a comunidade caiçara local, e compreensão de suas lutas pela permanência no local. Fomos guiados por Vagno Martins, conhecido como Vaguinho pela comunidade, e por Mauriceia Pimenta, dois caiçaras envolvidos com o Turismo de Base Comunitária. Ambos são integrantes do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, que vêm buscando instituir nas respectivas áreas o turismo de acordo com o ideal dessas

comunidades tradicionais: ligado com a história do lugar, não apenas um turismo de massa. Logo no início do trajeto, os caiçaras já passaram para o grupo a ideia de que este tipo de turismo é prejudicial para a comunidade local, pois muitos moradores são removidos de suas casas em vista da especulação imobiliária, e para ceder lugar para construção de resorts e condomínios fechados, por exemplo.

Uma das principais lutas que a comunidade local enfrenta é com a empresa White Martins, visto que com a chegada da mesma, muitos moradores da região foram perdendo suas terras, e a fazenda da empresa foi crescendo. No caminho, pudemos observar a enorme plantação de palmito pupunha que há na fazenda. A utilização de insumos agrícolas visando aumentar a produção trouxe problemas para a comunidade, como a dificuldade de concorrência do palmito produzido pela comunidade, e a possível contaminação dos rios locais devido a utilização de agrotóxicos.

O Turismo de base comunitária foi o que levou adiante nosso trabalho, já que foi o tipo de turismo realizado pelo nosso grupo durante a visita à Paraty. Durante todas as nossas visitas, tivemos o acompanhamento dos guias mencionados anteriormente. Esse tipo de turismo vai contra ao de massa, e nos proporcionou momentos únicos e diferenciados dos que já tínhamos tido contato, pois possibilitou conhecer a história e a luta que as comunidades tradicionais carregam durante anos para conseguirem se (re)afirmar em seus territórios.



Figura 3: Mensagem estampada na blusa de um dos guias.

Fonte: Mariana Oliveira

Ilha do Pelado: a luta e a resistência de uma caiçara

Ao visitar a Ilha do Pelado, fomos recepcionados por dona Bete, uma caiçara da região, que tem um restaurante nessa ilha, e que têm enfrentado muitas dificuldades para permanecer neste território devido a especulação e interesses imobiliários que circundam essa região.

Apesar de já estar há 20 anos trabalhando na Ilha do Pelado, dona Bete revelou que cada dia é vivido com medo, pois por diversas vezes a mesma já sofreu ameaças, sendo uma delas de um homem que adquiriu o título de propriedade de uma das ilhas ao redor, e insiste em afirmar que a ilha onde a mesma trabalha, também é dele. Além disso, dona Bete relatou que já foi ameaça a ser retirada por outras razões, como uma vez que foi acusada de poluir a área por conta da forma que descartava cascas do coco. A resistência é uma marca da família da caiçara, que luta por permanecer no lugar de onde tira seu sustento.

Considerações finais

A experiência de vivenciar a realidade dessas comunidades da região da Costa Verde durante esses poucos dias nos trouxe à tona a importância que é ouvir aqueles que tem em seu dia a dia a luta pela permanência no território que lhes pertence tradicionalmente. Ouvir as histórias contadas nos quilombos, na aldeia, participar de uma visita elaborada pelos componentes do Fórum de Comunidades Tradicionais nos permitiu ter uma aproximação sobre a ideia de pertencimento à um território, e o que é lutar com grandes empresas para continuar a ter o direito de viver no lugar onde suas histórias foram construídas e estão enraizadas.

Com isso, o objetivo do presente trabalho se revela em compartilhar o que essa vivência trouxe de enriquecedor e reflexivo, e fazer com que a luta dessas comunidades tradicionais ganhe voz e seja propagada.

Referências Bibliográficas

ALENTEJANO & ROCHA-LEÃO. **Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado?** Boletim Paulista de Geografia. Número 84 São Paulo – Jul. 2006.

CAVALCANTE, P. I. L. Formação de professores na perspectiva do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n22/n22a03.pdf>> Acessado em: 13/06/2017.

MARCOS, V.. **Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante** . In. Boletim Paulista de Geografia. Número 84 São Paulo – Jul. 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Território e (des)territorialização. In: SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Cap. 4. p. 77110.